

5

Artigo

“Expansão da educação superior a distância em Moçambique”: perfis, expectativas e percepções dos estudantes de um programa de cooperação internacional

Oreste Preti¹

Maria Angélica Barbieri²

RESUMO

Em fevereiro de 2011, quase 700 servidores públicos de Moçambique começaram o ano letivo de quatro cursos de graduação a distância, uma parceria entre quatro universidades federais do Brasil e duas públicas de Moçambique, um programa de cooperação internacional, sob a coordenação da CAPES/MEC. No encontro presencial nos Polos foi aplicado aos estudantes que se fizeram presentes (85,0% do total) questionário sócio-econômico-cultural, composto por 44 questões, para traçar seu perfil. Os dados coletados apontaram características comuns entre os estudantes dos cursos de formação de professores (Biologia, Pedagogia e Matemática) e os estudantes do curso de Administração Pública em relação à idade, escolaridade, tempo de serviço, fertilidade, condições de moradia, meios de comunicação. Porém, apresentaram diferenças em relação a gênero,

a hábitos de estudo, ao trabalho, à profissão, às suas expectativas e à modalidade a distância. Quando os dados foram comparados por polos, também se percebeu que os estudantes do Polo de Lichinga, ao norte do país, estão em situação menos privilegiada do que os demais estudantes em relação à distância do polo, ao tempo que emprega para chegar ao polo, ao acesso a locais com internet. Há um sentimento geral de “adaptação” à profissão e ao curso e, ao mesmo tempo, a percepção de que o programa poderá contribuir no processo de inclusão de mais pessoas que não teriam acesso à universidade, na melhoria de suas condições de vida e também na melhoria da oferta de serviços à população.

Palavras-chave: inclusão social; perfil de estudantes; expectativas educacionais.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso; Coordenador residente do Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique (2011-).

² Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

ABSTRACT

In February 2011, nearly 700 public servants in Mozambique composed the first class of students of four distance-learning undergraduate courses. The program was a partnership between four Brazilian and two Mozambican universities, and an international cooperation initiative coordinated by the Brazilian Ministry of Education. During face-to-face meetings conducted at the three regional centers associated to the program, a 44 question socio-economic and cultural questionnaire was given to the attending students (85% of the total), with the purpose of tracing their profiles. Data revealed common characteristics between students enrolled in three of the courses, all of which Teacher Training programs (Biology, Pedagogy and Mathematics) and between students enrolled in the Public Administration program. Variables considered for this grouping were age, education, working life, fertility, dwelling condition, and access to communication facilities. However, the same grouping was not maintained when gender, study habits, work, profession, expectations and distance-education model were considered. When regional centers were concerned, data revealed that students from Lichinga (northern Mozambique) are in a less privileged situation than the others (Maputo and Beira) regarding distance from the center (and consequently, displacement time) and access to the Internet. There is a general sense of “adaptation” regarding the profession and the program while, at the same time, there is

a perception that the program may contribute to the inclusion of individuals who would otherwise have no access to higher education, to the improvement in life quality, and to the offer of services to the population.

Keywords: social inclusion; student profile; educational expectations.

RESUMEN

En febrero de 2011, casi 700 servidores públicos de Mozambique comenzaron el año lectivo en cuatro cursos de pregrado a distancia, a través de la sociedad entre cuatro universidades federales de Brasil y dos públicas de Mozambique, en un programa de cooperación internacional, bajo la coordinación de la CAPES/MEC. En el encuentro presencial en los Polos se aplicó a los estudiantes presentes (85,0% del total) un cuestionario socio-económico-cultural, compuesto por 44 preguntas, para trazar su perfil. Los datos colectados señalaron características comunes entre los estudiantes de los cursos de formación de profesores (Biología, Pedagogía y Matemática) y los estudiantes del curso de Administración Pública con relación a la edad, escolaridad, tiempo de servicio, fertilidad, condiciones de vivienda, medios de comunicación. Sin embargo, presentaron diferencias con relación a género, hábitos de estudio, trabajo, profesión, expectativas y a la modalidad a distancia. Cuando se compararon los datos por Polos, también se percibió que los estudiantes del Polo de Lichinga, al norte del país, están en situación menos privilegiada que los

*TN: CAPES/MEC: *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Ministério da Educação* – Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel / Ministry of Education, agency created to improve Brazilian graduate programs and human resources through evaluation, information, resources, international scientific cooperation and scholarships.

demás estudiantes con respecto a la distancia del Polo, al tiempo que emplea para llegar al Polo y el acceso a locales con internet. Hay un sentimiento general de “adaptación” a la profesión y al curso y, al mismo tiempo, la percepción de que el Programa podrá contribuir en el proceso de inclusión de más personas que no tienen acceso a la universidad, en la mejoría de sus condiciones de vida y también en la mejoría de la oferta de servicios a la población.

Palabras-clave: inclusión social; perfil de estudiantes; expectativas educativas.

O CONTEXTO

Por sua extensa área costeira (2.515 km) voltada para o Oceano Índico, e sua posição estratégica, na costa oriental da África, já nos finais do séc. VI, Moçambique servia de entreposto comercial (“feitorias”) aos Swahil-árabes³. Entre os séculos XV e XVIII, os portugueses também passaram a utilizá-lo para fins comerciais, estabelecendo feitorias, no litoral. Posteriormente, sucederam-se os “prazos”⁴, com a ocupação de algumas áreas interioranas. Somente em fins do século XVIII, para não perder o território (Conferência de Berlim, 1884-85), a Coroa Portuguesa teve que iniciar sua ocupação. Não tendo condições financeiras e militares, ofereceu cessão de áreas a companhias privadas (chamadas “magentáticas”, ou “privilegiadas”, ou “de carta”) que, mesmo com

a abolição da escravatura nas Colônias, em 1869, mantiveram a prática.

Somente em fins do séc. XIX é que Portugal efetivamente irá ocupar Moçambique. Uma ocupação lenta e militar, pois encontrou forte resistência por parte das populações locais. Assim, somente entre 1900-30 é que conseguirá se estabelecer em todo o território e organizar administrativamente a colônia.

Durante o período do Estado Novo (1933-74), com a política do Presidente Salazar de intensificar a ocupação e o controle das colônias portuguesas Ultramar com forte regime repressivo, o desejo de liberdade por parte das lideranças locais e da população foi despertado ainda mais. Movimentos de libertação nasceram fora de Moçambique⁵ e que, em 1964, culminaram se unindo para uma luta anticolonial sob a bandeira da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Apoiada pelos soviéticos e pelos chineses, durante 10 anos, lutou tenazmente contra os colonizadores. Culminou, em 1975, com a retirada das tropas portuguesas, num contexto de crise em Portugal (Revolução dos Cravos) e de ideário anticolonialista na Europa, o que veio também favorecer o movimento de libertação.

Porém, em 1977, as medidas de política de desenvolvimento adotadas pelo Partido Frelimo no poder e sua opção pelo marxismo leninista, geraram descontentamentos e conflitos internos. Assim, entre 1977 e 1992, a Resistência Nacional de Moçambique

³ Uma comunidade composta por diversos grupos étnicos tendo em comum uma língua (swaili), o islã e a cultura indiana. O Swaili (significa “costa”, em árabe) é uma mistura da gramática bantu com o vocabulário árabe, falada por cerca de 50 milhões, inclusive ao norte de Moçambique.

⁴ A Coroa dava concessão de exploração de determinada área – a portugueses, indo-portugueses, comerciantes, soldados - por um prazo, geralmente por duas ou três gerações – transmitida à filha mais velha. Voltava à posse da Coroa que podia novamente entregar aos antigos “prazeiros”.

⁵ UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), UNAMI (União Nacional Africana para Moçambique Independente), MANU (Mozambique African National Union).

(RENAMO) desencadeou uma guerra civil, com o apoio do governo da vizinha África do Sul. A tentativa para derrubar o partido revolucionário no poder não obteve sucesso. Estima-se que cerca de um milhão de pessoas morreram nesta luta fratricida, sobretudo jovens e adultos. Por isso, podemos dizer que Moçambique é um país adolescente, com 45% da população mais nova que 15 anos.

As consequências foram logo sentidas pela população. A guerra contra o colonizador e, em seguida, a guerra civil desmantelaram grande parte da infraestrutura existente no país, sobretudo o sistema de comunicação (ferrovias, rodovias, pontes, telégrafos), a saúde e a educação.

Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições gerais e multipartidárias presidenciais e legislativas e que culminaram com a bipolarização do cenário político nacional. Porém, o país vive estabilidade política com o partido Frelimo no poder, até o momento sem outro partido forte a contestá-lo.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011), a população é de 23 milhões de habitantes, a maioria ocupando as áreas rurais (70%), vivendo da agricultura de subsistência em seus pequenos terrenos agrícolas (“machamba”, em língua changane)⁶. A taxa de mortalidade infantil é de 118 mortes/1000 nascimentos e de fertilidade é de 5,46

nascidos por mulher. É importante registrar que, ainda, persiste alta taxa de incidência do vírus HIV na população adulta (11,5%) e que a expectativa de vida ronda os 50 anos.

Segundo António Francisco (2011), “ter muitos filhos continua a ser a principal forma de proteção social ao dispor da maioria da população moçambicana”. Pois, na análise que ele faz, uma das razões que explicaria isso, é “a elevada dependência da maioria da população de uma economia de subsistência precária, comparativamente à exígua economia de mercado capitalista” (p. 233).

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2006) e pelo Southern African Research and Documentation Centre (SARDC, 2007) apresentam indicadores sociais baixos, pois mais da metade das casas não possui qualquer tipo de saneamento básico: água potável (43%) e energia (18%)⁷. Apenas 48,1% são alfabetizados (63,5% da população masculina e 32,7% da feminina). O índice de desemprego é de 16,4%, atingindo mais a população ativa da região sul do País (24,0%). O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,458.

Neste momento, o País se encontra em fase de crescimento econômico⁸ com a instalação de megaprojetos⁹ - com a descoberta e exploração de hidrocarbonetos,

⁶ Os camponeses têm somente a posse, pois a terra é de propriedade do Estado. Não há dados oficiais sobre o êxodo registado da população das zonas rurais para urbanas, ultimamente originado, em grande medida, pelo conflito armado de antigos guerrilheiros da RENAMO contra militares governamentais da FRELIMO.

⁷ A maioria da população se abastece de poços sem bomba manual; 54,0% usa petróleo e outros 30,3% usam lenha como fonte de iluminação.

⁸ PIB com crescimento médio de 6,5, 2001 a 2006; 8,1% em 2010; em 2012, o governo moçambicano fixou em 7,5%, mas o Fundo Monetário Internacional projetou para 5,2%.

⁹ O Brasil desenvolve em Moçambique diversos projetos com impacto social: Vale Moçambique (extração de carvão na região de Tete); ProAlimento (em parceria com o Japão, para agricultura familiar); ProSavana (desenvolvimento da agricultura – agronegócio - na região central do país); a fábrica de medicamentos antirretrovirais; a criação da Rede de Banco de Leite Humano; Alimentação escolar etc.

sobretudo carvão e gás -, com a expansão e melhoria na produtividade da área agrícola, com a recuperação e expansão da rede ferroviária e rodoviária, com a reabilitação e/ou construção de unidades hospitalares nas cidades e nos distritos, com a expansão da oferta educacional, sobretudo no Ensino Básico (crescimento de 9,5%)¹⁰ e Secundário (triplicou entre 2004-2010)¹¹, menos no Ensino Técnico-Profissional.¹²

A taxa atual de escolarização no ensino primário é de 81% no entanto, a taxa de conclusão de 33%. Por outro lado, existe um grande fosso de escolarização entre homens e mulheres em detrimento destas. Desta forma, a prioridade do Governo é melhorar o acesso ao ensino primário e assegurar que mais moçambicanos frequentem a escola, prevenindo-se que até 2010 a taxa de escolarização seja de 97% e a de conclusão 69% (MINED. PEEC, 2006, p. 17).

A população espera que isso propicie o quanto antes desenvolvimento social, melhorando suas condições de vida.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM MOÇAMBIQUE

O Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior na República de Moçambique foi instituído, em 26 de outubro de 2010, pela Portaria Normativa de nº 22 do Ministério

da Educação, a ser implementado em sistema de cooperação entre duas instituições públicas de Moçambique e quatro do Brasil.

Os cursos de graduação do Programa são voltados para a qualificação dos professores do Ensino Básico e do Secundário de escolas públicas (Pedagogia, Biologia, Matemática) e de gestores públicos (Administração Pública). Funcionam no mesmo formato adotado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com algumas adequações para atender à realidade de Moçambique.

Nesta fase inicial do Programa, foram abertos três Polos de Apoio Presencial: na cidade de Maputo – que é a capital (ao sul do país), de Beira (a 1.200km – na região central) e de Lichinga (a mais de 2mil km, ao norte). Para o curso de Administração Pública, foram abertas 90 vagas e para os outros três cursos de licenciatura, 180 vagas para cada curso. Um total de 630 estudantes.

Participam duas universidades moçambicanas (Universidade Pedagógica/UP e a Universidade Eduardo Mondlane/UEM) e quatro universidades públicas brasileiras (Universidade Federal de Goiás/UFG - curso de Biologia), Universidade Federal Fluminense/UFF – curso de Matemática), Universidade do Rio de Janeiro/UNIRIO – curso de Ensino Básico), e a Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF – curso de Administração Pública).

¹⁰ O Ensino Primário é composto por dois ciclos: EP1, com duração de cinco anos e EP2, com duração de dois anos.

¹¹ Uma expansão à custa da qualidade do ensino: salas superlotadas, ou estudantes adolescentes sendo transferidos para horários noturnos – onde há vagas –, ou sendo matriculados no Ensino Secundário a Distância. Em 2012, na província de Maputo, cerca de 2 mil adolescentes se matricularam em 10 Centros de Ensino a Distância, sob a coordenação do Instituto de Educação a Distância e Aberta (IEDA).

¹² As políticas de expansão do ensino ainda não têm atingido o ensino técnico-profissional - necessário para o desenvolvimento do país –, mesmo tendo o governo gasto mais por estudante neste nível de ensino do que nos outros. Em 2005, as matrículas no Ensino Técnico correspondiam a 15,0% do total da população estudantil de nível secundário (BROUWER et al. 1010, p. 283).

O projeto pedagógico de cada curso foi fruto de produtiva parceria entre as instituições dos dois países. O mesmo vem se dando na condução do curso e na produção do material didático.

O Programa apresenta algo inédito: os estudantes moçambicanos receberão dupla diplomação. São estudantes matriculados em uma universidade moçambicana (UEM ou UP) e, ao mesmo tempo, em uma das quatro universidades federais anteriormente mencionadas.

Além do acesso ao ambiente virtual do curso, o estudante é atendido no polo por tutores, em sua maioria professores das UP, no caso dos cursos de formação de professores.

Até o final do Programa, em 2018, a parceria entre o governo brasileiro e o governo moçambicano prevê a instalação de 10 polos, um em cada Província, e atingirá a formação de 5,5 mil professores da Educação Básica e

Ensino Secundário e 1,5 mil servidores da administração pública.

A meta é a expansão desta experiência para outros países de língua portuguesa e, futuramente, para os demais idiomas.

A parte da parceria no Brasil envolve o Ministério da Educação (MEC), universidades federais do sistema UAB, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), autarquia que cuida do programa nacional de formação de professores, e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores; e, de Moçambique, o Ministério da Educação, tendo como seu interlocutor o Instituto Nacional de EaD (INED).

O Programa, para ganhar solidez e futura sustentabilidade, procura envolver o maior número possível de pessoas nas instituições moçambicanas:

Tabela 1: Número de participantes por curso, por instituição e por função.

	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		BIOLOGIA		ENSINO BÁSICO		MATEMÁTICA		TOTAL
	Moz	Br	Moz	Br	Moz	Br	Moz	Br	
Estudantes	90		209		219		176		694
Equipe de coordenação	Moz	Br	Moz	Br	Moz	Br	Moz	Br	23
	3	3	3	2	3	3	3	3	
Equipe técnica administrativa	Moz	Br	Moz	Br	Moz	Br	Moz	Br	9
	3	3	1	-	1	-	1	-	
Docentes	4	4	7	3	6	1	4	4	33
Tutores	7	4	14	3	10	1	10	4	53
TOTAL	17	14	25	8	20	5	18	11	-

Assim, a tutoria presencial e também a maior parte da tutoria a distância e da docência estiveram sob a responsabilidade da equipe de Moçambique.

Tabela 2: Disciplinas sob a regência de docentes e tutores a distância do Brasil e de Moçambique 2011-2012.

	2011_1		2011_2		2012_1		2012_2		TOTAL	
	BR	MOZ	BR	MOZ	BR	MOZ	BR	MOZ	BR	MOZ
Administração Pública	2	4	1	4	2	3	3	2	8	13
Biologia	2	3	2	5	0	5	2	4	6	17
Ensino Básico	0	5	3	2	0	6	0	6	3	19
Matemática	1	5	3	2	1	3	1	5	6	15
TOTAL	5	17	9	13	3	17	6	17	23	64

O curso de Ensino Básico foi o que mais recorreu à docência de moçambicanos porque a maioria das disciplinas dos semestres iniciais aborda contextos e temas específicos de Moçambique, pois é um país de grande diversidade cultural e linguística.

A contribuição de docentes moçambicana também foi mais intensiva do que a de brasileiros na produção de material didático.

Tabela 3: Material didático produzido por docentes brasileiros e moçambicanos envolvidos no Programa - 2011-2012.

Número de Módulos	2011_1		2011_2		2012_1		2012_2		TOTAL	
	BR	MOZ	BR	MOZ	BR	MOZ	BR	MOZ	BR	MOZ
Administração Pública	2	4	4	2	4	2	2	4	12	12
Biologia	2	3	2	3	2	4	2	4	8	14
Ensino Básico	-	5	-	5	0	6	-	6	-	22
Matemática	2	4	2	3	1	3	1	5	6	15
TOTAL	6	16	8	13	7	15	5	19	26	63

A CAPES não tendo aprovado, ainda, o pagamento de bolsas para a equipe de produção de material didático, o recurso foi utilizar material já pronto – elaborado por autores de cursos do sistema UAB ou de cursos do CEAD/UP –, ou solicitar aos docentes que elaborassem material, em prazos curtos e sem o tempo necessário para qualificar este material para a EaD: avaliação científica, adequação à linguagem didática e ao contexto cultural, criação de ilustrações.

1. OS ESTUDANTES DO PROGRAMA

Neste texto, iremos apresentar e tecer algumas considerações sobre os dados coletados junto aos estudantes dos quatro cursos, em fevereiro de 2011, durante o Encontro de Estudantes nos Polos. Aplicamos um questionário sócio-econômico-cultural aos presentes, um total de 591, isto é 85,0% dos estudantes matriculados.

Tabela 4: Número de estudantes respondentes ao questionário, por curso.

	Estudantes matriculados	Respondentes	% do curso	% total respondentes
Administração Pública	90	63	70,0	11,0
Biologia	209	179	86,0	30,0
Ensino Básico	219	186	85,0	31,0
Matemática	176	163	93,0	28,0
Total	694	591	85,0	100,0

Os estudantes tiveram algumas pequenas dificuldades iniciais para o entendimento de certas questões, devido à linguagem ser muito mais em português do Brasil do que no de Moçambique, mesmo tendo sido lido previamente por alguns docentes da equipe que sugeriram substituição de palavras com sentido pouco claro ou que pudessem produzir equívocos no respondente.

O questionário, composto por 44 questões, abordava nove dimensões: identificação, situação/composição familiar, moradia, escolaridade, atividades e condições de trabalho,

hábitos de estudo, cultura e lazer, política, educação a distância.

Os dados coletados foram digitados e processados por meio do software aplicativo SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

1.1. Dados de identificação

Em termo de porcentagem, o número de estudantes que preencheram o questionário foi quase o mesmo, com um número um pouco maior no Polo de Beira, onde a maioria dos estudantes não reside muito distante.

Tabela 5: Número de respondentes por curso e por polo.

Polo	Curso								Total	
	Administração Pública		Biologia		Ensino Básico		Matemática			
Beira	20	3,4%	56	9,5%	66	11,2%	73	12,4%	215	36,4%
Lichinga	24	4,1%	60	10,2%	65	11,0%	44	7,4%	193	32,7%
Maputo	19	3,2%	63	10,7%	55	9,3%	46	7,8%	183	31,0%
Total	63	10,7%	179	30,3%	186	31,5%	163	27,6%	591	100,0

A maioria dos estudantes pesquisados está na faixa etária entre 21 e 40 anos (77,0%), mas há um percentual significativo com mais de 40 anos (23,0%). Em relação ao total dos respondentes é o curso de Ensino Básico com

maior número de estudantes com idade acima dos 30 anos (22%), mas, analisando a porcentagem em cada curso é o de Administração Pública (38,0%).

Quanto ao gênero, nos cursos de Administração Pública e de Biologia há equiparação entre a presença de mulheres e homens, seguindo a tendência nacional (0,98 homens/mulher - 2011 est.). No curso de Matemática, a presença masculina é maior (72,0%) enquanto no curso de Ensino Básico é de mulheres (66,0%), talvez por este curso atender profissionais que atuam nas escolas primárias. A presença feminina no magistério é algo recente, em Moçambique, pois era uma atividade eminentemente masculina. A mulher não tinha acesso à educação formal nem a uma profissão. Talvez, a morte de muitos professores, ocorrida durante a guerra de desestabilização (BROUWER et. al., 2010. p. 274), e os decréscimos nos salários pagos aos professores do ensino básico, sobretudo – levando os homens a procurar atividade mais rentável para sustento da família - tenham aberto espaço para a entrada da mulher no magistério.

A maioria dos estudantes é casada, entre 21 e 40 anos de idade (77%) enquanto os solteiros (27,2%) estão presentes em todas as faixas etárias, até os 50 anos. Os divorciados ou separados representam somente 1,0% da população pesquisada. Durante e após a aplicação do questionário, percebemos que alguns estudantes, pelo fato de não estarem casados “oficialmente” (em cartório), se classificaram como “solteiros” enquanto outros na categoria “união marital”.

Quase todos (91,2%) praticam alguma religião: católica (49,9%), protestante (15,0%), evangélica (14,8%), islâmica (11,6%), mas 8,2% declararam praticar nenhuma religião.

Estes dados se aproximam ao que o Censo de 2007 apurou em relação à religião praticada pela população moçambicana: predominante é a católica (28,4%), islâmica (17,9%), a zione (15,5%), a evangélica (10,9%) e uma minoria de anglicanos (1,3%).

1.2. Escolaridade

A maioria dos estudantes dos cursos de Biologia, Ensino Básico e Matemática (62,2%) frequentou curso secundário dirigido à formação de professores¹³, e 17,5% cursaram o Ensino Secundário Geral. No curso de Administração, 63,0% dos estudantes fizeram o Ensino Técnico Profissional. No contexto nacional, é um grupo privilegiado por ter conseguido concluir o Ensino Secundário e estar trabalhando.

De qualquer forma, os estudantes do Programa apresentam índices superiores aos dos professores que atuam no Ensino Primário em Moçambique: cerca de 42,0% dos professores do EP1 e 31,0% dos professores do EP2 não têm formação pedagógica (MINED. PEEC, 2006, p. 46). Pois, as instituições de formação de professores fornecem menos de 50% das necessidades anuais em professores. Existem, neste momento, 27 instituições (MINED. INDE, 2006).

É a primeira vez que a maioria (90,2%) cursa nível superior, embora haja um grupo que começou, mas depois desistiu (5,9%). Há estudantes matriculados em outro curso superior (3,2%) e somente um que já concluiu.

¹³A formação de professores, em nível secundário, se dá nos Centros de Formação de Professores Primários (CFPP) e nos Institutos do Magistério Primário (IMAP).

1.3. Condições familiares

A maioria dos estudantes reside com sua própria família (78,5%), são poucos os que residem na casa dos pais (10,8%) e, menos ainda, os que moram sozinhos (3,9%).

As casas onde residem é própria (76,5%), sendo que o curso de Administração é o que apresentou menor índice de estudantes com casa própria (60%), se comparado com os demais cursos (80,0%) e com a população em geral (92,2%).

A quase totalidade das casas do pesquisados é de material (97,6%) e tem menos de quatro divisórias (62,8%). As que têm quatro ou cinco divisórias são 26,8% e com mais que cinco são 10,4% das residências dos estudantes. Mas, quantas pessoas vivem nestas casas?

Nas casas da maioria dos estudantes vivem cinco ou mais pessoas (70,1%), 26,0% deles convivem com três ou quatro pessoas. Pois, os estudantes não se diferenciam da tendência nacional de alta fertilidade: 32,1% deles têm dois filhos, 18,8%, três e 30,6%, quatro ou mais.

1.4. Localização dos estudantes e meios de comunicação

Nas três províncias onde os cursos estão sendo oferecidos nesta fase inicial do Programa, há um polo situado na capital da província. Porém, os estudantes não residem somente na capital, mas nas mais diferentes localidades, muitas vezes, a centenas de quilômetros da cidade sede do polo.

Tabela 6: Distância dos estudantes do polo.

Polos Distância	Beira		Lichinga		Maputo		Total	
Até 4 km	33	7,3%	43	9,5%	17	3,8%	93	20,6%
5-10 km	48	10,6%	47	0,4%	22	4,9%	117	25,9%
11-30 km	33	7,3%	13	2,9%	30	6,7%	76	16,9%
31-50 km	9	2,0%	6	1,3%	14	3,1%	29	6,4%
51-100 km	10	2,2%	10	2,2%	15	3,3%	35	7,8%
101-150 km	4	0,9%	31	6,9%	8	1,8%	43	9,5%
151-200 km	0	0,0%	3	0,7%	4	0,9%	7	1,6%
201-250 km	8	1,8%	9	2,0%	0	0,0%	17	3,8%
251-300 km	2	0,4%	2	0,4%	1	0,2%	5	1,1%
301-350 km	4	0,9%	5	1,1%	0	0,0%	9	2,0%
351-400 km	1	0,2%	3	0,7%	1	0,2%	5	1,1%
401-450 km	1	0,2%	1	0,2%	0	0,0%	2	0,4%
451-500 km	1	0,2%	5	1,1%	0	0,0%	6	1,3%
+ 500 km	2	0,4%	5	1,1%	0	0,0%	7	1,6%
Total	156	34,6%	183	40,6%	112	24,8%	451	100,0%

Observando a Tabela 6, parece que a maioria mora próximo do polo, pois, no raio de 100 km, residem 77,60% dos estudantes. Portanto, estariam em condições de participar dos encontros presenciais. Por outro lado, podemos inferir que os estudantes que moram distante do polo, talvez, não se fizeram presentes no dia em que o questionário foi aplicado. Estavam ausentes 103 estudantes e dos que responderam ao questionário outros 140 não preencheram este item, talvez por não saber informar com exatidão a que distância do polo residiam. Portanto, 35,0% do total de estudantes matriculados nos cursos não forneceram esta informação.

Por isso, posteriormente, solicitamos a cada tutor que nos informasse o local de residência de seus estudantes. Assim, foi constatado que em Beira, 66,0% dos estudantes

residem na cidade sede do polo, em Maputo 69,0% enquanto em Lichinga, 45,0%. É este polo que apresenta maior dispersão de estudantes pela Provincial, alguns residindo a mais de 600 km (5,0%).

Conhecendo as precárias condições das estradas e a falta de transporte nos distritos, um dado importante é saber o tempo que o estudante leva para se deslocar de seu domicílio até o polo. Pode até morar próximo, como os estudantes do distrito de Lago (a 120 km de do Polo de Lichinga – com rodovia asfaltada), mas que levam, em média, cinco horas de viagem, entre a ida e a volta. Pois, transporte público no interior não existe e os estudantes dependem quase que exclusivamente do serviço privativo de “chapas”¹⁴, ou vão de bicicleta, “carona”, ou a pé. Uns poucos, somente no polo de Lichinga, utilizam a moto.

Tabela 7: Tempo gasto pelo estudante para chegar ao polo.

Polos Distância	Beira	Lichinga	Maputo	Total	%
Até 30 min.	58	24	25	107	21,0
1 hora	70	44	46	160	31,0
2 horas	27	46	51	124	24,0
3 horas	6	11	20	37	7,0
4 horas	3	19	3	25	5,0
5 a 7 horas	11	18	2	31	6,0
8-10 horas	8	6	-	14	3,0
11-15 horas	1	2	-	3	1,0
16-20 horas		8		8	2,0
Total	184	178	147	509	100,0

¹⁴ Transporte semi-coletivo, tipo “mini-bus”, com capacidade entre 14 a 18 passageiros. Eram chamado de “chapas 100”, pois, inicialmente, o usuário pagava 100 meticais, independente da distância. Geralmente, estas chapas andam superlotadas, em condições mecânicas nem sempre as melhores.

Metade dos estudantes (52,0%) leva entre 30 a 60 minutos para chegar ao polo e 24,0%, cerca de duas horas. É um tempo razoável, consideradas as condições de transporte, não impeditivo para o estudante se fazer presente no polo com maior frequência do que tem ocorrido. Há, porém, um outro grupo que emprega muito tempo e que a ida ao polo significa um dia (18,0%), ou mais (6,0%) fora de casa e do serviço.

Para muitos, então, a questão não se limitaria ao tempo, mas, talvez, também ao custo financeiro do deslocamento para o polo, em finais de semana, por exemplo. Os estudantes são servidores públicos cujos salários mensais, em média, oscilam entre 4 a 7 mil metcais (150 a 250U\$)¹⁵. Não podemos esquecer também que os estudantes pagam mensalidades (propinas) - 1.050,00 metcais (U\$28,0), que representam para alguns um terço ou um quarto do salário -, pagam matrículas de disciplinas e o material didático impresso, no caso dos estudantes dos cursos da UP, pois para os da UEM o material didático é disponibilizado em pdf na plataforma de ensino.

Em um curso a distância, estes elementos (distância, tempo, gastos) deveriam ser considerados na organização do trabalho didático. Por isso, os cursos “apostaram” na plataforma de ensino e outras tecnologias para superar possíveis impedimentos à participação do estudante no curso. Mas, que meios de comunicação o estudante tem à sua disposição?

O estudo apontou que 16,8% dos estudantes respondentes têm rádio, 38,9%, celular e somente 4,3% tem computador. Índices acima da média do país (24,0% da população declarou usar telefone celular e 1,1% possuir computador), mas não suficientes para o estudante poder acompanhar o desenvolvimento do curso.

E quanto à internet? Somente 39,6% dos estudantes pesquisados têm acesso à internet. Porém, 78,0% dos estudantes do curso de Administração Pública têm acesso, enquanto do curso de Ensino Básico, somente 32,0%. Mas, onde acessam, então, a internet para acompanhar o curso na plataforma?

Tabela 8: Local de acesso à internet pelos estudantes.

Local de acesso	Curso				Total
	Administração Pública	Biologia	Ensino Básico	Matemática	
Em casa	11 4,7%	8 3,4%	9 3,8%	11 4,7%	39 16,5%
No local de trabalho	14 5,9%	9 3,8%	6 2,5%	3 1,3%	32 13,6%
Internet Café	24 10,2%	45 19,1%	44 18,6%	52 22,0%	165 69,9%
Total	49 20,8%	62 26,3%	59 25,0%	66 28,0%	236 100,0%

¹⁵ O salário mínimo, para cada setor de atividade, é reajustado anualmente no dia 1 abril. Em 2012, ficou entre 2.300,00 MT (U\$90,00) e 5.320 (setor financeiro). Na Administração Pública – o maior empregador – foi dado aumento de 6% sobre o de 2011 (a partir de 2380,00MT), abaixo da inflação que ficou ao redor de 10,0%. O maior aumento foi para a indústria mineira (22%).

A maioria acessa em locais que oferecem serviços de internet, pagando, em média 30,00 reais a hora. Porém, é expressivo o número dos que acessam de sua própria residência (16,5%). Mas, não podemos esquecer que estes que acessam internet representam somente 38,9% dos estudantes pesquisados. Portanto, a maioria não tem nem um local onde o serviço de internet seja disponibilizado.

Como ficam os cursos que planejaram a oferta das disciplinas (fórum, chat, atividades à distância) “acreditando” que os estudantes teriam acesso à internet? Há internet nos polos, mas como ir ao polo semanalmente para poder interagir, por meio da plataforma, com o docente, com o tutor a distância e postar as atividades que, semanalmente ou quinzenalmente, são exigidas?

No relatório sobre o uso e acesso à plataforma dos cursos da UP, Valdinácio F. P. Martins (2011), constatava que, dos 219 usuários do curso de Biologia, 90% tinham acessado a plataforma do curso pelo menos uma vez; dos 230 do curso de Ensino Básico, 84%; dos 216 do curso de Matemática, 64,0%. Porém, os que acessavam regularmente, pelo menos uma vez por semana, eram somente 39,6% (45% no Polo de Beira; 36,0% no Polo de Lichinga e 38% no Polo de Maputo).

No curso de Administração Pública, com a constante queda do sinal ou por falta de energia, sobretudo em finais de semana, os estudantes conseguem acessar muito pouco a plataforma. Uma estratégia que tem sido utilizada pelos docentes, e que resultou positiva, foi o uso do Skype para conversar com os estudantes e os tutores dos polos.

Fora do âmbito do curso, o veículo que os estudantes mais utilizam para informar-se é o telejornal (69,5%), em seguida é o rádio (21,7%). Recorrem muito pouco ao jornal impresso (4,8%), à internet (1,7%) e menos ainda às revistas (0,6%), pois teriam de pagar para ter este serviço.

Poucos têm biblioteca pessoal (17,0%), composta, sobretudo no caso dos professores, por livros didáticos. Além disso, somente 23,9% afirmaram ter condições de poder comprar algum livro para complementar sua formação ao longo do curso. Portanto, sua base de informação e de formação se limita ao material didático (impresso e/ou na plataforma de ensino) oferecido pelo curso. Os polos deveriam estar equipados, com biblioteca e videoteca, com as referências básicas de cada disciplina, mas, até o momento, o Programa não equipou as bibliotecas, conforme estava previsto. Assim, os estudantes contam com a biblioteca da UP, nos três polos e da UEM, somente em Maputo, nem sempre dispondo das obras indicadas pelos autores dos módulos ou pelos docentes das disciplinas.

1.5. Hábitos de estudo

Em um curso a distância, em que o estudante não tem horários fixos como no presencial, é importante a organização do tempo diário – com a definição dos horários de estudo – e disciplina para cumprir os horários estabelecidos. Neste sentido, foi solicitado que informasse em que “momento” planejará estudar.

Tabela 9: Momentos em que os estudantes planejam estudar.

Momentos	Curso				Total
	Administração Pública	Biologia	Ensino Básico	Matemática	
Todos os dias	36 6,1%	62 10,5%	82 13,9%	66 11,2%	246 41,6%
Antes dos exames	2 0,3%	10 1,7%	10 1,7%	6 1,0%	28 4,7%
Finais de semana	23 3,9%	96 16,2%	92 15,6%	70 11,8%	281 47,5%
De vez em quando	2 0,3%	11 1,9%	2 0,3%	21 3,6%	36 6,1%
Total	63 10,7%	179 30,3%	186 31,5%	163 27,6%	591 100,0%

À primeira vista, parece que há intenção dos estudantes se dedicarem ao curso se não todos os dias (41,6%), pelo menos em finais de semana (47,5%). Mas, quando perguntados quantas horas, em média, dedicariam ao estudo, somente 250 responderam (42,0%). Por que será? Não compreenderam a questão ou ainda não tinham clareza, por estarem no início desta experiência em curso a distância,

em relação ao tempo disponível para se dedicar ao estudo, tendo que redistribuí-lo entre as atividades profissionais e domésticas?

Dos que responderam, quase a metade afirmou poder dispor de 2 a 3 horas diárias (49,2%) e 4,0%, menos do que duas horas; 35,2% dedicariam 4 a 5 horas ao estudo. Mas, como os estudantes preferem estudar?

Tabela 10: Técnica de estudo utilizada pelos estudantes.

Hábitos	Curso				Total
	Administração Pública	Biologia	Ensino Básico	Matemática	
Lendo	44	80	72	44	240
	7,5%	13,6%	40,8%	12,2%	7,5%
Escrevendo	12	27	36	54	129
	2,0%	4,6%	6,1%	9,2%	21,9%
Lendo e escrevendo	7	72	76	64	219
	1,2%	12,2%	12,9%	10,9%	37,2%
Total	63	179	184	162	588
	10,7%	30,4%	31,3%	27,6%	100,0%

Interessante notar como os estudantes do curso de Administração Pública dizem ter o hábito de estudar somente lendo o material enquanto os estudantes dos outros cursos costumam ler e ir anotando. Teriam o hábito de fazer o registro do que estão lendo e estudando. Talvez, o magistério tenha desenvolvido neles esta necessidade de escrever, ao ter que planejar as aulas, ao ler trabalhos de estudantes e ter de corrigi-los e fazer anotações para poder fornecer feedback.

Porém, a maioria (96,4%) indica uma preferência: o estudo deveria ser realizado muito mais em grupo, estudando com colegas, do que individualmente.

Percebe-se que os estudantes ainda não têm clareza de como irão proceder em seus estudos por se tratar de um curso a distância e, por estar ainda no início. Trazem, então, suas experiências do ensino presencial como referência. Por outro lado, os cursos do Programa não organizaram atividades no início e ao longo do primeiro semestre, pelo menos, para discutir o que é ser um estudante em um curso a distância, qual a dinâmica do curso e levá-los a tomar consciência de seus hábitos, avaliar se são eficazes, ou não. Também não foram propostas aos estudantes oficinas de leitura e de redação para ambientá-los no mundo acadêmico que tem uma linguagem própria.

2. EXPECTATIVAS

2.1. Em relação à profissão

Poucos são os estudantes que começaram a trabalhar cedo, com menos de 18 anos (8,30%). A maioria começou a exercer alguma atividade remunerada a partir dos 21 anos (67,5%), entre 18-21 anos 24,2%.

Hoje, todos eles atuam no serviço público, embora alguns exercendo paralelamente outra atividade secundária (11,4%). Estar no serviço público foi para 69,2% uma opção. Um número considerável admitiu que fosse por necessidade (28,1%), ou por acaso (2,7%). Mesmo assim, 89,7% não querem mudar de profissão e se sentem “adaptados” ao que fazem, sobretudo os professores (91,2%), menos os do curso de Administração (80,1%).

Dizer que se sentem “adaptados” manifesta, talvez, “pouco entusiasmo” em relação à sua função pública, indício de baixa autoestima e, tales, sentimento de desvalorização social da própria profissão e do que fazem. Estão na função pública por falta de outra opção?

Por um descuido na formulação da questão, solicitou-se ao estudante o número de anos em que atuava na função docente, em vez de dizer na função pública. Mesmo assim, encontramos alguns dos estudantes do curso de Administração Pública exercendo função secundária no magistério.

Tabela 11: Número de anos no exercício da profissão docente.

Anos	Curso				Total
	Administração Pública	Biologia	Ensino Básico	Matemática	
0 a 5	2	56	41	66	165
	0,0%	10,0%	8,0%	12,0%	31,0%
6 a 10	0	57	69	50	176
	0,0%	11,0%	13,0%	9,0%	33,0%
11 a 20	2	42	49	22	115
	0,0%	8,0%	9,0%	4,0%	21,0%
21 a 30	3	21	24	19	67
	0,1%	4,0%	4,0%	4,0%	13,0%
31 a 40	0	3	3	6	12
	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	2,0%
Total	7	179	186	163	535
	1,0%	33,0%	35,0%	30,0%	100,0%

Na profissão docente, mais da metade atua há menos de 10 anos (64,0%) e a mais de 20 anos, apenas 15,0%. Portanto, trata-se de profissionais que permanecerão no magistério por mais tempo, com perspectivas de poderem contribuir para a melhoria do ensino, a partir da formação que estão recebendo no curso e não, como se supunha, serem profissionais em final de carreira.

O trabalho docente tem uma característica que o difere da maioria das demais profissões. A casa do professor é uma extensão da sala de aula e da escola. Continua o trabalho em casa, preparando aulas, corrigindo trabalhos. Tempo que é dedicado ao magistério, mas que não é contabilizado e, menos ainda, remunerado.

Quase a metade dos professores (47,2%) afirmou dedicar de 5 a 10 horas semanais de trabalho docente em casa; somente 27,6% dedicam menos que cinco horas e 25,2%, mais que 10 horas.

Para tornar o trabalho docente ainda mais árduo, a maioria dos professores (88,9%) leciona em salas superlotadas, com mais de 35 alunos. Isso significa não somente desgaste psicofísico na sala de aula, como mais trabalho para ser feito em casa.

2.2. Em relação ao curso

Quais os motivos que levaram o estudante a escolher o curso? Estão realizados em sua profissão e a possibilidade de frequentar um curso na área em que atuam atende a seus desejos profissionais e pessoais?

Quando perguntados se gostariam de mudar de profissão, 70,0% dos estudantes do curso de Administração e 93,0% dos cursos de formação para o magistério afirmaram que não.

Além disso, não querem também mudar de curso, pois, no entendimento de 36,7%, os cursos estão “adequados ao trabalho” que

fazem, lhe propiciam prestígio social (33,1%) e a perspectiva de “amplas possibilidades salariais” (15,5%).

Esses motivos parecem ser elementos importantes na permanência na profissão. A preocupação central está voltada para o fator

profissão e não à busca de realização pessoal, acenada apenas por 6,5% dos pesquisados. Isso fica mais evidente na afirmativa de alguns que acenaram estar no curso por ser a única possibilidade de realizar curso superior (4,4%).

Tabela 12: Motivos da escolha do curso.

Motivos	Curso				Total
	Administração Pública	Biologia	Ensino Básico	Matemática	
Mercado de trabalho	11 1,9%	4 7,0%	2 0,3%	5 0,9%	22 3,8%
Prestígio social da profissão	24 4,1%	46 7,8%	71 12,1%	53 9,0%	194 33,1%
Adequação as minhas aptidões pessoais	21 3,6%	77 13,1%	64 10,9%	53 5,6%	215 36,7%
Amplas possibilidades salariais	0 0,0%	29 4,9%	29 4,9%	33 5,6%	91 15,5%
Possibilidade de realização pessoal	1 0,2%	11 1,9%	14 2,4%	38 2,0%	6,5%
Por não existir o curso que eu gostaria no local onde moro	1 0,2%	12 2,0%	6 1,0%	7 1,2%	26 4,4%
Total	58 9,9%	179 30,5%	186 31,7%	163 27,8%	586 100,0%

Em relação às expectativas do curso, 84,7% apostam que o curso lhe permitirá melhorar seu desempenho profissional, sobretudo os do Ensino Básico (91,0%), menos os de Administração Pública (77,0%).

Tabela 13: Expectativas em relação ao curso.

Expectativas	Curso				Total
	Administração Pública	Biologia	Ensino Básico	Matemática	
Aquisição de cultura geral	1 0,2%	0 0,0%	2 0,3%	2 0,3%	5 0,9%
Capacitação profissional	13 2,2%	16 2,7%	9 1,5%	24 4,1%	62 10,5%
Formação acadêmica para melhorar atividade prática	47 8,0%	155 26,4%	169 28,7%	127 21,6%	498 84,7%
Embasamento para estudos mais avançados	0 0,0%	8 1,4%	6 1,0%	9 1,5%	23 3,9%
Total	61 10,4%	179 30,4%	186 31,6%	162 27,6%	588 100,0%

Pelas respostas da maioria, percebe-se preocupação prática, em querer receber formação que lhe permita atuar melhor como profissional no seu campo de trabalho. Não acenam com a perspectiva de querer aprofundamento teórico que lhes permita galgar cursos posteriores, ou aprofundar sua formação teórica para embasar a prática.

2.3. Em relação ao curso a distância

Na última questão do questionário, solicitava-se ao estudante manifestar-se em relação a cursos a distância. Esperava-se que desse seu parecer sobre “cursos a distância”, mas acabou se posicionando sobre “o curso a distância” em que estava matriculado. Certamente, o fato de ser esta sua primeira experiência de um curso a distância e/ou por não conhecer ou não haver em sua localidade cursos a distância, sua fala somente poderia ser produzida a partir do que ele iniciava a viver.

Assim mesmo, alguns teceram sua opinião sobre um curso a distância:

O curso a distância é muito importante porque possibilita a formação integral do estudante e cria oportunidades para o melhor desempenho dentro das atividades que pratica (Biologia, Polo de Maputo).

Cursos a distância são melhores porque ajudam e facilitam os estudantes a prepararem-se, da melhor forma, para adquirirem os seus conhecimentos (Ensino Básico, Polo de Lichinga).

Cursos a distância ajudam no melhoramento da vida da comunidade, desde os mais próximos aos mais distantes. Pois permitem a formação de professores que são os principais veículos de comunicação social, isto é, formadores de diferentes comunidades (Matemática, Polo de Maputo).

É muito benéfico, pois dá oportunidade de estudar à hora planejada e no lugar em que estiver (Matemática, Polo de Lichinga).

Muitos dos respondentes começavam seu texto elogiando a iniciativa das instituições

em oferecer esta possibilidade de fazer sua formação superior, outros desejavam que esta iniciativa tivesse sucesso e pudesse ser expandida para todo o país, para que muitos outros pudessem ter esta mesma oportunidade.

Podemos dizer que a maioria das respostas se agruparam ao redor de dois pensamentos comuns.

O primeiro (24,0% das respostas): o curso a distância oferece a oportunidade ím-par de poder estudar em casa, sem a necessidade de frequentar regularmente uma sala de aula. Isso faz com que possam conciliar as atividades profissionais e domésticas com o estudo. Assim, esta modalidade possibilitaria a pessoas que não poderiam fazer um curso superior (por motivos profissionais ou por não existir em sua localidade, ou não haver vagas) estar frequentando uma universidade, independentemente do local onde residem. No entendimento dos estudantes, é uma modalidade que “promove inclusão” e “cidadania”, pois, ao ir para o interior das localidades, em todo país, oferece oportunidade a qualquer pessoa de poder frequentar um curso superior, com custos baixos, com menor gasto de tempo e de energia do que ir a um curso presencial.

Garante inclusão total dos cidadãos moçambicanos ao ensino superior, em especial aos professores cuja maioria trabalha no campo (Matemática, Polo de Maputo).

Vem dinamizar o ensino, trazendo-o para aqueles que não têm oportunidades por vários motivos como o tempo para quem trabalha. Ajuda muito na expansão da educação (Biologia, Polo de Maputo).

O segundo pensamento (19,0%): o curso a distância também possibilita ampliar seus conhecimentos na área profissional e/ou na formação acadêmica, tendo acesso a material bibliográfico, troca de experiências com colegas e docentes. Com isto, haveria melhoria em seu desempenho profissional poderiam contribuir no desenvolvimento do país.

É uma porta aberta, onde vou entrar através dela para buscar a ciência (Biologia, Polo de Lichinga).

Vai trazer mais valia para muitos por ser abrangente (Matemática, Polo de Lichinga).

Este pensamento do compromisso pessoal com a erradicação da pobreza e o desenvolvimento representa fortemente o pensamento construído ao longo da revolução de Independência e da I República (Ngoenha; Castiano, 2011). Certamente, muitos destes estudantes participaram ativamente neste processo, não necessariamente na luta armada, mas prestando serviços voluntários na reconstrução do país, acolhendo o ideário da construção da nação moçambicana.

Porém, quando lhes foi perguntado sobre seu engajamento político, mais da metade (50,9%) afirmaram não participar da vida política. Talvez, aqui tenham entendido ser “membro ativo de um partido”, o que pode refletir, em certo sentido, uma repulsa ou negação ao partido no poder ou à forma como os partidos têm atuado como “representantes do povo” nesta Segunda República (1994 -).

Se, de um lado, assumem o discurso governamental da importância da atuação do servidor público na reconstrução do país e na melhoria dos serviços públicos, sobretudo

por meio da educação, por outro lado, o negam, diante das condições que lhes são oferecidas pelo próprio governo para efetivarem esta atuação transformadora.

Outro grupo (7,0%) mencionou que, para frequentar um curso a distância com sucesso, há necessidade de “desenvolver novas habilidades” como: o estudo individual – para vencer as dificuldades iniciais e propiciar maior desempenho nos estudos –, hábitos de leitura, trabalho em equipe, domínio de tecnologias, criatividade, dedicação, organização, esforço, responsabilidade. Daí, a necessidade de os estudantes, antes de iniciarem o curso, serem preparados para o estudo individual, para a modalidade de EaD, para vencer as dificuldades iniciais.

Percebe-se, por estas respostas dos estudantes, a necessidade de oferecer, no início dos cursos a distância, formação sobre como estudar, como desenvolver habilidades de estudo individual e em equipe, técnicas de leitura e de redação e certo domínio da plataforma de ensino.

Nesta direção, o Núcleo de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso vem desenvolvendo, desde 1994, uma experiência muito significativa para os estudantes. No primeiro semestre do curso, não são oferecidas disciplinas. Os estudantes são convidados, a se envolverem, por meio da leitura do módulo “A aventura de ser

estudante” (PRETI, 1994)¹⁶, por meio de oficinas, encontros, a conhecerem a modalidade a distância, o Projeto Pedagógico do curso, a Instituição, a se autoconhecerem, a avaliarem seus hábitos de estudo, sua trajetória como estudante, a realizarem oficinas de leitura e produção de textos.

Ao final do semestre, no Seminário Integrador, apresentam suas “Memórias de Estudante”¹⁷, como primeiro trabalho pessoal no curso, como primeiros autores no curso, antes de iniciarem o diálogo com os autores das diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento. Em seus depoimentos, os estudantes reconhecem que esta etapa inicial é fundamental para seu desenvolvimento pessoal e para melhor rendimento ao longo do curso.

Uma resposta que somente aparece nos cursos de formação de professores e com muita intensidade é a sugestão do curso ser modular. Esta proposta é mais intensa por parte dos estudantes que residem no Polo de Lichinga. Os mesmos justificam: residem distantes do polo, não têm acesso à internet, as idas constantes ao polo encarecem. Mas, por que modular e o que é um curso modular?

Um curso modular é bastante conhecido por estes estudantes, pois, muitos deles devem ter concluído seu ensino Secundário voltado para o Magistério nos moldes de um curso modular, um curso que se desenvolve em períodos estabelecidos (mensalmente ou

¹⁶É composto por 4 volumes: vol. 1 – Ser estudante; vol. 2 – Redação de textos acadêmicos; vol. 3 e vol. 4 – A construção da pesquisa. A partir da 3 ed (2007), foi mudado o nome da obra por “Estudar a distância: uma aventura acadêmica”. Ao longo do primeiro semestre, são trabalhados os dois primeiros volumes. Os outros dois, são utilizados ao longo do curso, na preparação dos Seminários Temáticos, quando os estudantes realizam trabalhos de pesquisa, em pequenos grupos.

¹⁷O estudante, além do texto escrito (em estilo livre, sem um formato obrigatório, contendo fotos, boletins escolares, cadernos da época - material coletado junto aos pais, a professores), pode fazer apresentação aos colegas em formato de breve encenação teatral, em paródia, em poesia, em vídeo, em PowerPoint etc.

em período de férias), quando o estudante assiste às aulas presenciais de determinada disciplina (módulo). Em seguida, estuda o material impresso e se apresenta para avaliação.

Os estudantes reconhecem que, para o curso a distância produzir os frutos desejados, necessita a existência de infraestrutura (11,0%) para apoiá-los, sobretudo no campo da comunicação (computadores, internet). Alguns até se propõem comprar o equipamento necessário se houver formas de o Programa conseguir financiamento para tal.

3. PERCEPÇÕES

Ao final do primeiro ano do Programa, durante o encontro com os estudantes nos polos, aplicamos questionário para saber as impressões do estudante sobre o seu curso e o Programa: motivos da permanência ou abandono do curso pelos colegas, pontos positivos ou deficientes, sugestões para melhorias nos cursos.

Tabela 14: Número de estudantes que preencheram o questionário da pesquisa “Primeiras impressões sobre o curso” - outubro-novembro de 2011

Curso	Polos	Beira	Lichinga	Maputo	Total
Administração Pública		20	19	10	49
Biologia		52	42	31	125
Ensino Básico		53	29	36	118
Matemática		50	23	25	98
TOTAL		175	113	102	390

Impressões ou Percepções? Preferimos utilizar aqui o termo “percepções”, que implica a ação do sujeito sobre o objeto, do estudante em relação ao seu curso e ao Programa, do sujeito que organiza, dá sentido e interpreta o que observa e vivencia. Ao contrário, “impressão” oferece a ideia de um movimento contrário, da ação do objeto sobre o sujeito, como algo externo ao sujeito e que é impresso (“pressão sobre”), gravado, reproduzido na mente do estudante que, “passivamente”, olha para o seu curso.

Como os estudantes de cada curso perceberam seu curso, ao final do primeiro semestre? Que motivos os levam a permanecer

no curso? Quais os maiores constrangimentos e os aspectos positivos?

3.1. Permanência – desistência do curso

No curso de Administração, há certa unanimidade: é a busca de sua profissionalização e de poder melhorar seu desempenho no serviço público (80,0%). Alguns acenaram com a possibilidade de elevação do nível acadêmico (16,0%).

As desistências foram poucas, oito estudantes no total (9,0%) e, segundo os colegas, foram motivadas por questões de transferências para outras províncias ou por residirem muito longe do polo.

No curso de Biologia, a permanência no curso foi motivada pela busca da qualificação profissional (34,0%), da progressão funcional (33,0%), da melhoria em seu desempenho docente (19,0%) e por gostarem do curso (14,0%). Mas por que 33 colegas (16,0%) abandonaram o curso?

Segundo os estudantes que permanecem no curso, a desistência dos colegas foi por questões financeiras (31,0% das respostas), por dificuldade de acesso à plataforma (19,0%) e pela distância do polo e/ou por ter que vir constantemente ao polo para os encontros (19,0%).

No Ensino Básico, dos 118 respondentes 21,0% permanecem no curso, pois estão buscando sua qualificação profissional, o que lhes permitirá melhorar seu desempenho docente (15,0%). Há estudantes que buscam progressão acadêmica, obter o nível superior (18,0%) e a possibilidade de melhoria salarial (11,0%). Outro grupo apontou ser a modalidade (11,0%), a forma como o curso está sendo conduzido, a possibilidade que lhe é oferecida de estudar e trabalhar. Como explicar, então, o abandono do curso por parte de colegas?

Três fatores pesaram muito, no entendimento dos estudantes respondentes: dificuldades financeiras (as mensalidades e as pesadas multas por atraso no pagamento), a distância do Polo e a duração do curso (quatro anos em vez de três).

No curso de Matemática, os quatro fatores principais para permanência do curso mencionados pelos estudantes foram: qualificação profissional (25,0% das respostas), desenvolvimento profissional (20,0%) – o que ajudaria na melhoria do ensino no país (8,0%)

-, progressão acadêmica (11,0%) e por gostarem do curso (10,0%).

Neste curso, também foi registrado número elevado de abandono: 29 estudantes (16,0%). Os colegas que continuam no curso apontam diversos fatores para justificar o abandono, entre eles se destacam dois: questões financeiras (35,0% das respostas), dificuldade de acesso à plataforma do curso (17,0%). São os mesmos fatores apontados pelos estudantes dos cursos de Biologia e Ensino Básico.

3.2. Aspectos positivos e “deficientes” no curso

Solicitamos aos estudantes que, numa lista de 16 itens, emitissem seu julgamento (positivo, menos deficiente, mais ou menos deficiente, mais deficiente) em relação a diferentes aspectos relacionados ao curso, como a plataforma de ensino, a tutoria, o material didático, o sistema de avaliação, o polo, o atendimento etc. Porém, caso julgassem pertinente, poderiam acrescentar outros itens.

No curso de Administração Pública, os aspectos positivos mais apontados foram: tutoria presencial (88,0%), relação do curso com a profissão (86,0%), a qualidade do curso (80,0%), o material didático (70,0%), tutoria a distância (68,0%).

Os aspectos mais deficientes se relacionaram com a estrutura do polo: biblioteca, laboratório de informática, espaço físico.

Os estudantes do curso de Biologia consideraram mais positivos: relação do curso com a profissão (68,0%), laboratório de Biologia (64,0%), qualidade do curso (62,0%), tutoria presencial (60,0%).

Os aspectos deficientes mais citados se referiam aqui também à infraestrutura do polo: biblioteca, sala de informática e espaço físico.

Um dado que nos chamou a atenção foi o preenchimento do questionário pelos estudantes do Polo de Maputo. Cerca de 50% deles não se posicionaram em relação a 12 dos 16 itens. Em relação ao item do atendimento da coordenação de curso e do docente, 94,0% não responderam. Será que não houve entendimento do que deveriam fazer?

No curso de Ensino Básico, o aspecto avaliado como mais positivo foi a relação do curso com a profissão (81,0%), em seguida: a qualidade do conteúdo do curso (74,0%), a tutoria presencial (72,0%), o atendimento pela coordenação de curso, pelos docentes e pelo gestor de polo (59,0%).

O aspecto avaliado negativamente foi a falta de biblioteca e de laboratórios de informática.

Os estudantes do curso de Matemática avaliaram como positivos a relação do conteúdo do curso com a profissão (69,0%), o atendimento pelo coordenador de curso (67,0%), a tutoria presencial (59,0%), a qualidade do curso (57,0%).

Os aspectos que foram mais criticados se referem novamente à estrutura do polo: a biblioteca, o laboratório de informática.

3.3. Os relatos

Além da leitura dos questionários respondidos pelos estudantes, analisamos os relatórios do coordenador residente e de cada coordenador de curso. Descrevem o encontro que tiveram com os estudantes nos polos,

fazendo balanço do primeiro semestre do curso. A conversa com os estudantes - em atitude de ouvir muito mais do que expor ideias ou apresentar justificativas -, resultou em relatório que foi socializado para toda equipe do Programa para reflexão e possíveis redimensionamentos da intervenção pedagógica e dos procedimentos administrativos.

Nesta conversa dos coordenadores com os estudantes, a infraestrutura deficitária dos polos não é posta como sendo o maior problema. Os estudantes apontaram dois aspectos que estariam provocando ou poderiam provocar o abandono do curso:

- o aspecto financeiro: o valor das multas no atraso de mensalidades e o valor dos materiais didáticos - considerados acima de suas condições financeiras;
- o sistema de avaliação que consideram tendo como função principal a “classificatória” e não a formativa. No entendimento deles, isso “está a excluir” os estudantes, negando o discurso da EaD como modalidade de inclusão.

Apontam que mesmo os aspectos formais estabelecidos nos sistemas avaliativos da UEM e da UP (exemplo: prazos para recursos, para realizar exames, etc.) não são cumpridos, diante da demora de feedback.

O regulamento da UP, por exemplo, apregoa

a avaliação da aprendizagem como uma componente curricular, presente em todo o processo de ensino-aprendizagem, através da qual se obtêm dados e informações que possibilitam a tomada de decisões, visando assegurar a aprendizagem, garantir a identificação

e o desenvolvimento de potencialidades assim como a formação integral do indivíduo, com vista à melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem e o sucesso escolar.

Neste sentido, a avaliação é proposta como “componente formativa, somativa e contínua”. Incluirá momentos de autoavaliação durante as aulas teóricas e práticas.

Na percepção dos estudantes, da forma como está sendo conduzido o processo avaliativo, esta concepção de avaliação não é posta em prática, o que acaba desestimulando-os no processo de aprender.

Assim, no entendimento deles, haveria dois caminhos da exclusão: por questões financeiras (o pagamento das mensalidades - sobretudo quando pagam multas elevadas por atraso no pagamento) e pelo sistema de avaliação que os trata como todos iguais, mas esquece de que são diferentes, que estão em níveis diferentes de aprendizagem e que, portanto, deveria haver processos e procedimentos para atender às diferenças.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os estudantes são servidores públicos, na função docente, atuando em escolas do Ensino Básico ou Secundário, ou na função pública, nos mais diferentes setores da administração. Os cursos de graduação do Programa são voltados para a qualificação dos professores do Ensino Básico e do Secundário de escolas públicas (Pedagogia, Biologia, Matemática) e de gestores públicos (Administração Pública).

Em algumas características, os sujeitos pesquisados são representativos da população

(como idade, gênero, fertilidade), mas em outras, se diferenciam (como escolaridade, condições sociais e econômicas). Com idade média acima dos 30 anos, apresentam alta fertilidade, residindo em casa própria, com menos de quatro divisórias onde convivem mais de cinco pessoas. A presença masculina é predominante no curso de Matemática e a feminina no curso de Pedagogia.

São profissionais que atuam há menos de 10 anos na profissão e que, provavelmente, permanecerão por mais tempo, contrariando a suposição de tratar-se de profissionais em final de carreira. Sentem-se “adaptados” à profissão e ao curso, com a perspectiva que este “agregue valor” em sua formação profissional e acadêmica, para que possam prestar melhores serviços públicos à população moçambicana, contribuindo efetivamente na melhoria de suas condições de vida.

Nesta direção, espera-se que o Programa melhore sensivelmente a estrutura de apoio, com biblioteca equipada e internet de qualidade, somando-se, assim, aos serviços positivos oferecidos pelos cursos no primeiro ano de funcionamento, como o conteúdo do material didático, o material de apoio oferecido pelos docentes das disciplinas, o sistema de tutoria presencial.

Apesar das dificuldades vivenciadas (como não acesso à internet, a distância do polo - sobretudo os de Lichinga -, a precariedade do transporte terrestre, a inexistência da biblioteca, o pagamento das mensalidades) está havendo poucas desistências, evidenciando o esforço e a motivação do estudante para permanecer no curso e o reconhecimento da importância do curso e da formação. Além disso, há a perspectiva animadora de futuros

benefícios salariais e da dupla certificação (por parte de uma instituição brasileira e de uma moçambicana). Segundo os estudantes, as desistências estão relacionadas muito mais a aspectos financeiros e ao sistema de avaliação do que a aspectos técnicos e de infraestrutura.

Reafirmam o papel da modalidade a distância como possibilitadora de democratização do acesso ao ensino superior por parte do cidadão moçambicano - independente do local onde se encontra. No entendimento deles, a permanência de trabalhadores jovens e adultos nos cursos se dá pela dinâmica, pela flexibilidade de seu funcionamento. Assim, a EaD apresenta-se, no atual cenário nacional, como um dos caminhos da inclusão social, de melhoria do ensino e da prestação de serviços ao povo, pela administração pública.

REFERÊNCIAS

FRANCISCO, António. Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente: o caso de Moçambique. In: BRITO, Luis de et al. (Org.). *Desafios para Moçambique* – 2011. Maputo: IESE, 2011. p. 231-282.

MARTINS, Valdinácio F. Paulo. *Moodle: funcionalidade e potencialidade*. Maputo: CEAD/UP, 19.9.2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Plano Curricular de Formação de Professores para o Ensino Primário*. Maputo, dez. 2006.

_____. *Plano Estratégico de Educação e Cultura* – 2006-2010/11 – Fazer da escola um pólo de desenvolvimento consolidando a Moçambicanidade. Maputo, 2006.

NGOENHA, Severino E. Por um pensamento engajado. In: _____; CASTIANO, José P. *Pensamento Engajado: Ensaio sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política*. Maputo: Educar / Universidade Pedagógica, 2011. p. 13-39.

SARDC. Southern African Research and Documentation Centre. *Moçambique – Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano*, 2007. Disponível em www.sardc.net

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em <http://www.ine.gov.mz>

